
**REVISTA NOVA ESCOLA: LEGITIMAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS E REPRESENTAÇÃO DOCENTE****Marcos Silva**

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

silva.marcos@uol.com.br**Lucineia dos Santos Feitosa**

Bolsista PIBIC/CNPq/UFS

neyalu@hotmail.com**RESUMO:**

O texto apresenta as principais idéias defendidas pela Revista Nova Escola enquanto revista pedagógica comercial, partindo de uma análise de conteúdo com base em categorias previamente definidas. Identifica o Prêmio Victor Civita como a mais importante estratégia de imposição utilizada pela revista em relação ao seu público alvo, os professores do ensino fundamental do Brasil. Como contraponto, apresenta a representação dos leitores sobre o periódico educacional, estabelecida através das cartas enviadas à redação. A metodologia utilizada foi a história serial e seus objetivos foram esclarecer o papel da Revista na Reforma Educacional brasileira no período de 1995 a 2002, determinar a função do Prêmio Victor Civita e perceber a reação dos professores aos conteúdos veiculados e posicionamentos defendidos. Sendo parte do relatório de uma pesquisa em fase de conclusão, o artigo se propõe esclarecer a natureza do discurso veiculado pela Revista no contexto da história do tempo presente.

Palavras-chave: Periódico Educacional; Legitimação; Representação Docente

**NEW SCHOOL MAGAZINE: LEGITIMATION OF EDUCATIONAL
POLICIES AND TEACHING REPRESENTATION****SUMMARY:**

The text presents the main ideas of the New School Magazine as educational trade magazine, based on a content analysis on predefined categories. It identifies the Victor Civita Award as the most important strategy of imposition used by the magazine over its target audience, the teachers of basic education in Brazil. As a counterpoint, it shows the representation of readers about the educational journal, established through the letters sent to the editors. The used methodology was the serial story and its objectives were to clarify the role of the Review in the Brazilian Education Reform between 1995 and 2002, determine the role of Victor Civita Award and understand the reaction of teachers to the propagated content and defended positions. As part of the report of a research in conclusion phase, the article proposes to clarify the nature of the speech delivered by the Magazine in the history of this time.

Key-words: Educational Periodic; Legitimation; Teaching Representation.

INTRODUÇÃO

O segmento das revistas pedagógicas comerciais no Brasil é dominado pela Revista Nova Escola, iniciativa da Fundação Victor Civita, patrocinada pela Editora Abril. Esta hegemonia é comprovada pelos 1.233.000 leitores da Revista e a tiragem de 697.600 exemplares¹. Tendo sido lançada em 1986, a Revista Nova Escola (RNE de agora em diante) repercutiu os fatos educacionais do último quartel do século XX e início do século XXI. Dentre estes fatos, merece destaque a Reforma Educacional implementada durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, FHC, em diante, (1995-2002). Uma premissa central da interpretação aqui esposada é que apesar da filiação das mudanças educacionais, promovidas pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, às propostas dos organismos internacionais para o campo educacional, não se pode restringir a Reforma Educacional meramente a ajustes promovidos nos sistemas de educação para adequá-los às exigências da ordem econômica capitalista, ou seja, o chamado neo-liberalismo. Além destes fatores da atual estruturação do sistema produtivo e suas demandas por novas formas pedagógicas, transformações na estrutura cultural, epistemológica e tecnológica exigiram acomodações no fazer pedagógico.

Como um veículo de comunicação de massas dirigido a um público-alvo bastante definido, os professores da educação fundamental do Brasil, a RNE desempenhou a função de legitimação das novas propostas educacionais implementadas pelo Governo FHC. Este, por sua vez, se inscreve como um dos principais patrocinadores do periódico, uma vez que paga a circulação gratuita da revista através do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação) e outros organismos.² Assim, a RNE se aliou ao governo no esforço de consolidar uma nova cultura docente no país, condição indispensável para o sucesso na implantação das mudanças educacionais pretendidas.

Qual a natureza do trabalho desempenhado pela RNE? Quais as principais ideias defendidas? Qual a concepção de docência e trabalho pedagógico incorporados pela Revista? O que uma análise de seu conteúdo, através do recurso à História serial, poderá revelar a respeito de sua atuação ao longo deste período? Qual a função do Prêmio Victor Civita, inspirado no modelo empresarial de premiação, dentro da estratégia de imposição da Revista? E, finalmente, como os educadores têm repercutido a atuação da Revista, conforme suas manifestações endereçadas à Seção de Cartas do periódico? Através da resposta a estes questionamentos pretendemos esclarecer o significado da atuação da RNE no cenário educacional brasileiro nas duas últimas décadas.

1. O DISCURSO DA REVISTA NOVA ESCOLA

Influenciar na educação brasileira através de uma atuação que visa a formação continuada dos professores da educação fundamental é o objetivo assumido pelos criadores da Revista Nova Escola. Nobre finalidade. No entanto, em que medida os recursos peculiares do jornalismo aplicados ao setor educacional são capazes de atender a esta demanda de forma satisfatória? Como o fato da visão empresarial e midiática que governa o empreendimento pode influir na consecução de suas metas? Ou, seria mais

adequado relacionar seus objetivos a mecanismos de regulação coletiva do que a ideais de aprimoramento das condições de exercício do magistério no ensino fundamental?

Acompanhar a história da RNE através de suas mudanças em termos de Projetos Editoriais e Gráficos pode ser um indício inicial na tarefa de esclarecer estas questões. A partir do discurso visual da Revista entre 1986 e 2004 Silveira (2006), em sua Dissertação de Mestrado defendida na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), sob o título “Um Estudo das Capas da Revista Nova Escola: 1986 – 2004”, identificou os seguintes períodos da trajetória da Revista: Primeira Fase, de Março de 1986 a Outubro de 1994, Segunda Fase, de 1995 a 2002, correspondendo a uma personalidade visual mais moderna e, a partir de 2003 uma Terceira Fase. No entanto, em se aliando outros fatores como critérios de definição das etapas na evolução da revista, em termos de estrutura e especialmente o fator histórico, pode-se estabelecer, a seguinte evolução:

1. De 1986 a 1994, período de inserção da RNE no mercado editorial. Durante estes anos é possível encontrar vários artigos da RNE onde o espírito predominante não se liga ao triunfalismo reinante no período posterior. As matérias estavam mais orientadas para o real (deficiências de nossa educação, dificuldades dos professores, etc), do que para o ideal.

Em fins de 1990, Victor Civita morreu, passando a direção da Fundação a ser exercida por Roberto Civita. Acompanhando esta mudança de comando, em Maio de 1991 ocorreu uma alteração na estrutura da Revista, com novas seções e uma pequena modificação no *layout*.

2. De 1995 a 1997, coincidindo com o início do Governo Fernando Henrique Cardoso, o periódico sofre transformações que demonstram o esforço por se ajustar à nova sensibilidade estética característica da invasão do cotidiano pelas novas tecnologias da informação e comunicação e também pela nova perspectiva das transformações pedagógicas no espírito das Reformas Educacionais.

Não é sem propósito que em Dezembro de 1994 o recém eleito Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, concedeu uma entrevista exclusiva à RNE e em Março de 1995, início do primeiro governo de FHC, o periódico entrevistou o ministro Paulo Renato de Souza. Nesta entrevista, o Ministro esboçou seu plano de ação para a melhoria da educação fundamental constituído de 04 (quatro) ações básicas: instituir “pautas curriculares mínimas”, produzir materiais didáticos, criar um sistema de treinamento de professores e o estabelecimento de um sistema nacional de televisão para a educação básica. A tônica da entrevista foi a questão da “qualidade na educação” e o estabelecimento de um sistema de avaliação das escolas. À época, uma preocupação muito similar àquela vivenciada no mundo empresarial.

3. De 1998 a 2000, após a aprovação da Lei 9392/96, a chamada Nova LDB, a Revista assume um novo slogan “A Revista do Ensino Fundamental”. Novamente, em Fevereiro de 1999, coincidindo com o início do segundo governo FHC, Paulo Renato de Souza foi entrevistado. Na ocasião, o ministro resumiu os avanços que consolidara no ensino fundamental durante a gestão anterior: O Fundo de Valorização do Magistério, a avaliação dos livros didáticos, a TV Escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. A ênfase agora foi nas novas tecnologias e no Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Duas propostas oriundas dos programas de reforma educacional implementados pelos organismos internacionais.

4. Em 2000, a RNE aparece com outro dístico: “A Revista do Professor”.

Uma outra possibilidade de caracterizar a evolução da RNE seria pelas mudanças operadas em sua direção. Porém, não se pode pensar que alterações de pessoas em seu comando tenham trazido transformações significativas nos objetivos

estratégicos da Fundação Victor Civita no que diz respeito à atuação da RNE, apenas novos enfoques.

Além da análise dos números da revista da década de 1990, esta pesquisa tomou como princípio investigativo a necessidade de lançar uma base de comparação entre a estratégia da RNE no período anterior à década de 1990 e a linha de sua atuação no período em que a reforma é efetivamente operacionalizada no país.

O método da análise documental, iluminado pelas categorias da história cultural, foi secundado por um “recorte serial”. Esta dupla aproximação trouxe um bom esclarecimento do problema investigado.

Apesar da delimitação da pesquisa envolver um pequeno espaço de tempo e a mesma se preocupar predominantemente com uma avaliação qualitativa, a história serial pode ser uma metodologia útil neste caso. Burke (2005, p. 34) afirma que a “abordagem serial dos textos é adequada em muitos domínios da história cultural...”, e Barros (2006) explicita:

Portanto, em que pese que fontes administrativas, estatísticas, testamentárias, policiais e cartoriais se prestem admiravelmente a um trabalho de História Serial, é possível também constituir em série uma documentação literária, iconográfica, ou mesmo práticas perceptíveis a partir de fontes orais. É mesmo possível constituir séries às quais não se pretenda necessariamente aplicar um tratamento quantitativo propriamente dito, mas sim uma abordagem mais tendente ao qualitativo – interessada ainda em perceber tendências, repetições, variações, padrões recorrentes e em discutir o documento integrado em uma série mais ampla, mas sem tomar como abordagem principal a referência numérica.

Desta forma, se procurou estabelecer à luz da evolução da RNE, no contexto da história nacional, as variações temáticas, as mudanças estruturais, os discursos e relatos construídos.

A exploração do material abrangeu uma amostra de 28 (vinte e oito) números no período de 1986 a 1994 e 58 (cinquenta e oito) números do período de 1995 a 2002, equivalente a 72,5% do total de edições publicadas ao longo dos anos de Governo FHC. Como instrumento para coleta de material foi estabelecida uma categorização que permitiu classificar os principais tipos de conteúdos trabalhados pelo periódico em 06 (seis) diferentes aspectos: práticas profissionais; cotidiano educacional; problemas educacionais; personalidades em evidência; enfoque sobre as mídias e matérias quentes. As inferências e interpretação dos dados coletados se fez sob a ótica de categorias previamente definidas e oriundas da História Cultural, tais como cultura docente, ideologia, prática cultural e cultura escolar.

a. Práticas Profissionais

Uma importante fonte de matérias para a RNE, que compôs a sua estrutura em todo este período, são as práticas profissionais. É possível perceber claramente uma evolução na forma como a revista retrata e indica práticas profissionais. Entre 1986 e 1990, uma seção intitulada *Idéias*, apresentava sugestões de atividades enviadas por professores(as). A RNE disponibilizava uma “caixa postal” e solicitava que os(as) professores(as) escrevessem “contando os segredos úteis que você conhece”.

Outra forma, entre 1988 e 1999, através da coluna *Brincando e Aprendendo*, depois, *Brincando*, foram sugestões práticas, fornecidas pela própria RNE, que giravam

em torno de atividades lúdicas. Porém, ao longo de todo este período apareceram reportagens sobre práticas escolares desenvolvidas em todo o país por professores(as) das diversas disciplinas escolares.

No período que antecedeu a Reforma Educacional, entre 1988 e 1994, o levantamento constatou apenas 03 (três) referências a “projetos”, que na realidade foram reportagens sobre atividades desenvolvidas por algumas instituições públicas nas diversas regiões do Brasil. No entanto, a partir de 1995, as reportagens a respeito de Projetos Pedagógicos e atividades desenvolvidas em escolas, em diferentes locais do Brasil, são veiculadas sob o título “multidisciplinaridade”, demonstrando claramente a nova ótica que passa a comandar o trabalho da RNE, ou seja, corroborar com os princípios pedagógicos que fundamentam a Reforma Educacional em curso, cujo principal instrumento foram os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), lançados em 1998.

Esta perspectiva se confirma mais ainda quando, a partir de Dezembro de 1999, algumas atividades práticas que merecem reportagens da RNE, são noticiadas sob o título “interdisciplinaridade”.

Também, refletindo a mesma lógica, a partir da mesma época, as atividades práticas sugeridas pela RNE aos professores, que antes eram veiculadas sob o título “ideias” ou “Brincando e Aprendendo”, agora são anunciadas em uma seção intitulada “temas transversais”. Demonstração nítida da incorporação pela Revista do discurso pedagógico da época.

No entanto, a mais óbvia demonstração do alinhamento da RNE com a implantação da Reforma Educacional foi a veiculação, a partir de 1998, de um suplemento intitulado “PCN Fáceis de Entender” para explicar aos Professores, de forma objetiva e incluindo sugestões práticas, os Parâmetros Curriculares Nacionais, então recém lançados pelo Ministério da Educação. Posteriormente, o suplemento foi reunido em duas edições especiais, abrangendo os fascículos de 1ª a 4ª Séries e de 5ª a 8ª Séries, reeditadas exclusivamente para os assinantes da revista.

Na realidade, a RNE não se preocupou em gerar entre os professores um debate amplo a respeito da propriedade dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), mas, tão logo foram implantados pelo Governo Federal, passou a divulgá-los e nunca procurou auferir a representação dos docentes a respeito dos mesmos. Ora, na própria mensagem do Ministro Paulo Renato de Souza aos Professores, por ocasião do lançamento dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) em 1998, ele dizia que, diante da necessidade de revisão curricular, os parâmetros curriculares tinham a intenção de: “aprofundar um debate educacional que envolva escolas, pais, governos e sociedade e dê origem a uma transformação positiva no sistema educativo brasileiro.” Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.5)

b. Cotidiano Educacional

Através desta categoria se objetivava identificar como as culturas, escolar e docente, são abordadas nas páginas da RNE. O próprio periódico se preocupou em definir cultura escolar. Segundo a edição 130, “entende-se por cultura as crenças, tradições e regras não escritas que podem impulsionar ou impedir mudanças na escola.” Revista Nova Escola (Março, 2000, p.32). Ora, tal explicação requer o questionamento da pertinência de se definir cultura escolar em função da mudança. Talvez este conceito interesse a um periódico que encontrou sua razão de ser na promoção de mudanças educacionais.

Estudiosos do assunto, ao conceituarem “cultura educacional”, o fazem exatamente em função dos elementos de permanência. Gatti Júnior & Pessanha (2005, p. 78), apresentam as seguintes definições.

... Um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentados ao largo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe, e a interagir com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa, e a integrar-se à vida cotidiana do centro docente. (...)

... Um conjunto de ‘normas’ que define conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de ‘práticas’ que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (...)

O conjunto de significados, expectativas e comportamentos compartilhados por um determinado grupo social, o qual facilita e ordena, limita e potencia os intercâmbios sociais, as produções e realizações individuais e coletivas dentro de um marco espacial e temporal determinado.

Seguindo linha de raciocínio similar, Antonio Viñao, na Conferência de Abertura do I Congresso Brasileiro de História da Educação, em Novembro de 2000, afirmou:

Con independencia de ello, podemos también hablar, dentro de las instituciones docentes, de la cultura – modos de hacer y de pensar transmitidos de una generación a outra – de los profesores, de la cultura de los alumnos, de la cultura de las familias o padres y de la cultura del personal de administración y servicios con sus correspondientes expectativas, intereses, mentalidad y modos de proceder. (...)

Hay, pues, culturas específicas de cada centro docente, de cada nivel educativo y de cada uno de los grupos de actores que intervienen en la vida cotidiana de las instituciones de enseñanza. Viñao (2001, p. 34).

Se o caso for a definição específica da cultura docente, buscando apoio nos enfoques teóricos da História Cultural, a mesma pode ser considerada como uma subcultura, na medida em que, apesar dos professores partilharem os significados da cultura em geral, também compartilham significados específicos, inerentes à sua profissão. Assim, sendo uma cultura profissional, a cultura docente pode ser encarada como um sistema de concepções, estrutura simbólica e padrões de comportamento, situados sócio-historicamente, por meio dos quais o professor guia o seu agir pedagógico.

Assim, como um tópico dentro da categoria maior de “Cotidiano Educacional”, foram levantados os artigos que tratam do dia-a-dia dos docentes. A constatação foi que o mergulho na vida cotidiana dos professores é parcial e pouco profundo. Do total de 86 (oitenta e seis) números pesquisados apenas 26 (vinte e seis) matérias foram classificadas como tratando da vida cotidiana dos docentes.

Chamou a atenção o fato de que neste aspecto a maior ênfase do periódico foi na formação continuada, com matérias sobre “especialização”, “capacitação”,

“qualificação profissional”, “forma de financiar diploma”, chegando ao sugestivo título: “Curso Virtual: Você ainda vai fazer um”.

Refletindo este destaque, em Agosto de 2002, a Fundação Victor Civita lançou um curso em 08 volumes, contendo 01 caderno de atividades e 01 estojo prático destinado “aos professores dos anos iniciais da Educação Básica”, elaborado por “alguns dos melhores educadores do país”. O curso intitulou-se “Programa de Aprendizagem para Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Ofício de Professor”. Perseguindo o ideal de inovação a Fundação Victor Civita se lançou diretamente à tarefa de formação continuada dos professores.

Uma perspectiva mais ampla poderia ser identificada a partir de Março de 2000, quando o periódico iniciou a seção “Cresça e Aconteça”. Revelaria este título uma preocupação com o professor, enquanto sujeito que não se resume a uma identidade profissional? Na realidade, o Diretor de Redação Gabriel Pillar Grossi informa sobre a nova seção que este é um “espaço aberto para a valorização profissional do educador”. Revista Nova Escola (Março, 2000, p. 4). Efetivamente, a RNE só enxerga a dimensão profissional do professor, outros aspectos (ligados à identidade pessoal do docente) são negligenciados chegando-se, no máximo, a focar o “estresse de fim de ano”, Revista Nova Escola (Novembro, 2001, p. 26); o controle do estresse do dia-a-dia, Revista Nova Escola (Maio, 2000, p.34) e o planejamento das férias mas, mesmo nesta ocasião, além de sugerir uma “sessão de vídeo ou um show”, não esquece de perguntar: “E que tal aquele tão sonhado curso”? Revista Nova Escola (Junho/Julho, 2001, p. 50). O foco principal sempre é o da performatividade.

c. Problemas Educacionais

Uma forma de se comprovar a função de regulação coletiva desempenhada pela Revista é justamente acompanhar os temas que receberam evidência ao longo de sua trajetória. Por exemplo, tome-se a categoria “problemas educacionais”. O levantamento constatou que num total de 28 números examinados, do período de 1986 a 1994, a categoria revelou 16 (dezesseis) ocorrências, numa taxa de 57% de aparecimento do assunto na Revista. No entanto, no período de 1995 a 2002, num total de 58 números investigados, foram encontradas apenas 5 (cinco) matérias classificadas como “problemas educacionais”, numa taxa de 8,6% de aparecimento do assunto na RNE. Ou seja, ficou evidente a nítida transformação do tônus, ou espírito prevalecente, de antes do período da Reforma, caracterizado por uma perspectiva mais realista, para uma visão menos crítica e idealista, que distinguiu o periódico a partir da Reforma Educacional.

d. Personalidades em Evidência

Esta categoria é a que melhor permite identificar as ênfases teórico-pedagógicas e as políticas públicas destacadas pela linha editorial da RNE. Basicamente dois grupos principais de pessoas foram assunto de matérias da Revista através de entrevistas, publicação de suas opiniões ou reportagens, a saber: professores, intelectuais ou teóricos da educação, que a RNE costuma classificar como “pensadores” e gestores de sistemas educacionais. Dentre estes últimos destacam-se as duas entrevistas com o Ministro Paulo Renato de Souza que foram apresentadas acima.

Dentre os professores, merecem menção: Telma Weisz, uma das autoras dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa; Michael Fullan, reconhecido como uma autoridade internacional em reforma educacional e apresentado na RNE

como o maior especialista do mundo em mudanças educacionais; Claudio de Moura Castro, economista com passagens pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, chamado pela mídia brasileira de “especialista em Educação”; Regina de Assis, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil; Philippe Perrenoud, sociólogo suíço, autor de “Dez Novas Competências para Ensinar”; Antonio Nóvoa, especialista português na profissionalização docente; Emília Ferreiro; Jose Bernardo Toro, que elaborou uma lista com as sete competências que considera necessárias desenvolver nos educandos para a sua inserção produtiva no século XXI e Juan Carlos Tedesco, educador argentino que já atuou na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como especialista em planejamento educacional.

e. Enfoque sobre as Mídias

Considerando o crescente papel educativo que as mídias vêm desempenhando este é um tema obrigatório para uma revista pedagógica. No período analisado, a RNE não se furtou a este compromisso. Antes da reforma educacional destacou-se, entre 1991 e 1993, uma seção intitulada “cultura” onde se fazia a indicação de literatura, análise de cinema, quadrinhos, televisão e música. Um amplo quadro da cultura de massas com um viés crítico sobretudo em relação à programação televisiva.

Durante o período da reforma educacional, entre Março de 2001 e Dezembro de 2002, destacou-se a coluna de Eugênio Bucci dedicada exclusivamente à análise da televisão e sua influência sobre as crianças, a sala de aula e o trabalho do professor.

Apesar de ser possível sustentar uma crítica à RNE como reduzindo a análise e/ou indicação cultural para os professores à cultura de massas, não se pode negar que a mesma sempre adotou uma postura crítica em relação sobretudo à programação televisiva.

f. Matérias Quentes

A natureza da linha editorial da RNE não privilegia muito aquilo que no jargão jornalístico se chama matéria quente, ou seja, a cobertura das atualidades.

No entanto, durante o período de 1995 a 2002, algumas reportagens cobrindo importantes acontecimentos nacionais e internacionais podem ser destacadas. O que confere uma identidade peculiar a estas matérias é que as mesmas são escolhidas em função do seu interesse pedagógico. São coberturas de acontecimentos que poderão ser utilizados pelos professores para o ensino de conteúdos em sala de aula, ou que enfoquem a profissão docente.

Assim, destacamos as reportagens sobre a extensão do rio Amazonas (Agosto, 1945) e o novo mapa do relevo brasileiro elaborado por geógrafos da Universidade de São Paulo (Outubro, 1995). Também, as coberturas das eleições presidenciais do período (Fevereiro de 1998 e Setembro de 2002) e até da Copa do Mundo de 2002 (Abril de 2002). Sobre alguns outros importantes acontecimentos merecem destaque as matérias escritas em função da crise de energia de 2001 (Agosto de 2001) e a que foi publicada a partir da conclusão do Projeto Genoma (Abril, 2001). Em Março de 2000 a RNE publicou um artigo de capa intitulado: “Como enfrentar o Furacão Pokémon”.

Assim, a RNE manteve seu tratamento diferenciado em relação às matérias quentes, desde que fosse possível convertê-las em sugestões de atividades didáticas.

2. O PRÊMIO VICTOR CIVITA, PROFESSOR NOTA 10³

Em 1998 a Fundação Victor Civita instituiu o *Prêmio Fundação Victor Civita para Valorização do Professor*. Pela leitura da matéria de Agosto de 1998, não fica claro que a intenção seria o estabelecimento de uma premiação anual, mas que se destinava apenas a “escolher os autores das melhores práticas de sala de aula publicadas pela revista, de março de 1995 a abril deste ano”. Revista Nova Escola (Agosto, 1998, p. 28).

Assim, a organização do Prêmio examinou cerca de 140 (cento e quarenta) reportagens sobre práticas docentes, divulgadas no sintomático período entre Março de 1995 e Abril de 1998, e selecionou os(as) autores(as) das 14 (quatorze) melhores atividades de sala de aula para serem agraciados(as) com a premiação, um cheque de 10 mil reais e um microcomputador.

No entanto, em Maio de 1999, apareceu uma chamada intitulada “2º Prêmio Victor Civita Professor Nota 10”, conclamando os professores a concorrerem por meio do relato de suas atividades pedagógicas desenvolvidas nos últimos dois anos a um Prêmio no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e à publicação de seu perfil profissional e do relato de sua prática pedagógica nas páginas da RNE. Passando, a partir daí, a constituírem importante fonte de matéria para o próprio periódico.

A partir desta mudança na sistemática do Prêmio desde sua primeira versão, destinada a homenagear os protagonistas de experiências pedagógicas que haviam sido publicadas pela Revista, para esta nova postura que convida os professores a concorrerem relatando suas práticas, é possível identificar a inspiração principal desta que acabou por se converter em uma importante estratégia de imposição adotada pela RNE.

Na realidade, esta nova postura assume a feição de não apenas radiografar as experiências em curso mas também de normatizar as futuras iniciativas relatadas pelos professores, que deveriam adequar sua prática aos critérios estabelecidos desde 1999, tais como “trabalho coletivo e integração entre disciplinas”, “realidade do aluno como ponto de partida”, “participação do aluno na construção do conhecimento”, “vida cidadã como ponto de chegada”, “utilização de materiais pedagógicos”⁴, “avaliação como parte integrante da aprendizagem” e “abertura à colaboração de fora”.

Estes sete critérios gerais traduzem de forma bastante evidente as novas propostas pedagógicas de natureza construtivista, baseadas no princípio da interdisciplinaridade e na perspectiva dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Assim, traduzindo na normatização do prêmio os interesses pedagógicos da Reforma Educacional.

Um indício da inspiração para a feição “prêmio anual” que a iniciativa toma a partir de 1999 pode ser percebido na referência sempre constante no regulamento de que o mesmo se destina a premiar “experiências de ensino/aprendizagem de boa qualidade” ou “experiências educativas de qualidade”.

Assim, a motivação desta versão definitiva do Prêmio foram as iniciativas do modelo de Gestão empresarial da Qualidade Total através dos prêmios concedidos para empresas que se destacam por sua gestão, *marketing* ou outro aspecto determinado. Em última instância, diz respeito a um modelo de gestão empresarial sendo utilizado como estratégia de imposição dos princípios da reforma educacional junto aos professores da educação fundamental.

Esta constatação se reforça quando se observa o objetivo do Prêmio, conforme divulgado no Art. 1º do Regulamento de 2005: “O Prêmio Victor Civita Professor Nota 10 é uma promoção da Fundação Victor Civita que visa identificar, valorizar e divulgar

experiências educativas de qualidade, planejadas e executadas por professores em escolas de ensino regular”, Revista Nova Escola (Maio, 2005, p. 22), muito semelhante aos objetivos dos programas de premiação prescritos no receituário das estratégias empresariais.

Assim, a “pedagogia da qualidade”, frente às inovações técnicas e da organização do trabalho e da produção, objetiva exatamente à “formação de uma nova base humana necessária à viabilização da generalização das novas relações postas na fábrica e na sociedade” e também à disseminação “da ‘visão de mundo’ característica do novo sistema produtivo”. Andrade (2000, p. 68 e 64).

Em função disto Assmann (1996, p. 176) revela: “Ora, o surgimento de uma iniciativa educacional ampla do empresariado é um fato relativamente novo. Percebe-se claramente que o empresariado passou a preocupar-se com manter o controle no direcionamento dos atuais e, sobretudo, futuros ‘recursos humanos’”. Além deste reconhecimento, o autor pergunta: “Que estratégia de linguagens é utilizada?” Assmann (1996, p. 172). No caso da RNE, a linguagem dos prêmios do universo empresarial que subjaz ao Prêmio Victor Civita é patente.

Será possível avaliar a capacidade de influência desta estratégia de imposição desenvolvida pela RNE junto aos professores do ensino fundamental no Brasil? Avançando um pouco além, em relação ao período delimitado para a pesquisa, é possível encontrar uma informação que, por abranger todo o período investigado, ao ser transformada em média, pode ser útil para os interesses deste estudo. Um levantamento divulgado pela RNE em Março de 2006 intitulado “O prêmio em números”, constatou que, em oito anos, 17.832 educadores de todo o Brasil já haviam concorrido ao Prêmio Victor Civita e 95 haviam sido premiados. Revista Nova Escola (Março, 2006, p.55). Isto dá uma média anual de aproximadamente 2.229 professores participantes, coisa de 0,14% do total de professores do ensino fundamental do país⁵.

Ou seja, do ponto de vista do número de professores que efetivamente participam enviando relatos de atividades pedagógicas, pode-se dizer que o Prêmio Victor Civita, a cada ano de sua edição, tem uma repercussão bastante limitada. Mas, esta não é a melhor maneira de avaliar o impacto de uma estratégia destinada a operar no campo das representações sociais. Para uma avaliação qualitativa deve-se utilizar uma estrutura conceitual de suporte que dê conta do poder simbólico de uma estratégia de imposição tal como o Prêmio Victor Civita.

A perspectiva simbólica da iniciativa não pode ser negada. A começar pelo dia escolhido para a premiação, o dia 15 de Outubro, dia do professor, onde se procura estabelecer uma lógica de distinção sob o influxo dos critérios acima mencionados. Por outro lado, é difícil mensurar o efeito psicológico sobre um(a) professor(a) do ensino fundamental do simbolismo incorporado por uma cerimônia que reúne o Ministro da Educação, o Governador do estado mais poderoso da União, o Presidente da maior editora do país, fora outros confetes, com o intuito de homenageá-lo por seu trabalho no cotidiano de sala de aula.

Para alcançar o objetivo de impor a definição do mundo social, no caso específico, a construção da realidade educacional, a RNE necessita da cumplicidade de seu público-alvo. Para tanto, a idéia do “desinteresse” que subjaz à iniciativa da constituição de um prêmio para homenagear professores por uma instituição sem fins lucrativos, trata-se de uma ilusão para encobrir a estratégia de imposição, a real função política da instituição. Não foi à toa que Bordieu (1998, pp.9, 10) identificou nas produções simbólicas instrumentos de dominação e da integração social.

3. REPRESENTAÇÃO DOCENTE⁶

Para aferir a representação dos professores a respeito do discurso da RNE, tomou-se como fonte as cartas enviadas à Redação e publicadas no periódico. Embora o espaço destinado à publicação das cartas seja controlado pelos editores, este é o lugar em uma publicação onde efetivamente a possibilidade de debate se mostra mais presente. Além disto, é inegável que há uma contaminação recíproca entre o conteúdo da revista e o das cartas. Rocha (2004, p. 67).

Em relação ao total de revistas do período, ou seja, 158 edições, foram examinados 55 (cinquenta e cinco) números que registraram uma média de 35 (trinta e cinco) cartas divulgadas a cada publicação. Assim, foram analisadas 1949 (mil novecentos e quarenta e nove) cartas, uma amostra aleatória, porém, significativa do período de 1986 a 2002. Como era de se esperar, a maioria das cartas foi enviada por pessoas do sexo feminino, 72,9%, enquanto o sexo masculino foi responsável por 24,1% das cartas enviadas neste período. Apenas 2,8% das cartas diz respeito a pessoas que não foi possível identificar o sexo.

Apesar de ser lógico supor que a maioria das cartas foi enviada por professores(as), apenas 31,4% dos(as) missivistas se identificaram como tal, ficando o maior percentual das cartas por conta de pessoas que não declararam sua profissão, ou seja, 59,7%. Bem distante, aparecem os estudantes (2,3% das cartas enviadas), os profissionais técnicos da educação (2,2% das cartas enviadas), escolas (1,3% das cartas enviadas), outros profissionais (1,1% das cartas enviadas), instituições (1,0% das cartas enviadas) e autoridades (0,8% das cartas enviadas).

Quanto à origem das cartas destacam-se quatro estados com o maior percentual de professores participando e reagindo às publicações da Revista, a saber: São Paulo, com 22,6% das cartas enviadas; Rio de Janeiro, com 9,34% das cartas enviadas; Bahia, com 9,08% das cartas enviadas e Minas Gerais, com 8,72% das cartas enviadas.

Depois deste levantamento inicial, que nos forneceu um perfil predominante dos(as) missivistas como sendo constituído por professoras residentes no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais e na Bahia, o conteúdo das cartas foi analisado sob a perspectiva da seguinte classificação: Elogio (23,4% das cartas enviadas); crítica (3,6% das cartas enviadas); recado (48,9% das cartas enviadas); experiência (4,9% das cartas enviadas); declaração (15,8% das cartas enviadas); denúncia (0,8% das cartas enviadas) e sugestão (2,3% das cartas enviadas).

Por este levantamento pode-se perceber a repercussão positiva da RNE junto ao seu público leitor, uma vez que a grande maioria das cartas publicadas foram classificadas ou como elogio ao periódico ou como “recados” que abrangeram desde a permuta de idéias e experiências, passando pela troca de correspondência entre professores(as), chegando até a pedidos de doação, o que revela a credibilidade da RNE junto aos docentes (72,3% das cartas foram classificadas numa destas categorias).

Diante destes números, a primeira questão que se apresenta é: Como obter uma leitura original em meio à maioria dos(as) docentes que reagiram positivamente à RNE em suas missivas endereçadas à redação? Para tanto, escolheu-se analisar as cartas publicadas pela revista procedentes do exterior. No período analisado foram identificadas 07 correspondências oriundas do exterior, a saber: 02 (duas de Portugal), 01 (uma) do Uruguai, 01 (uma) de El Salvador, 01 (uma) dos Estados Unidos, 01 (uma) da França e 01 (uma) do México, da educadora Emília Ferreiro.

Dentre estas cartas, chama a atenção uma enviada pelo presidente da Associação dos Psicólogos de Portugal e professor da Faculdade de Psicologia e de

Ciências da Educação da Universidade do Porto, Leandro S. Almeida. Sua representação a respeito da RNE, publicada em Março de 1989, fruto da leitura de um número do periódico em uma visita feita à UNB (Brasília – DF), foi a seguinte:

Vejo esta revista (infelizmente sem similar em Portugal) como um fator de mobilização dos professores de 1º Grau para a importante tarefa de desen-volvimento de cidadãos críticos, atuantes e aptos a influir sobre os destinos do país. A revista parece-me atingir dois objetivos fundamentais: a formação contínua dos professores e a consolidação associativa (denúncia de situações, panorama educativo do país, direitos etc.) Interessante ainda que tais objetivos estejam a ser atingidos através do envolvimento dos próprios professores e do retribuir aos professores os seus próprios relatos, as suas próprias opiniões, práticas e sentimentos. Revista Nova Escola (Março, 1998, p. 4).

Por outro lado, é razoável supor que não se deveria esperar um percentual elevado de questionamento à publicação, uma vez que os(as) leitores(as) de determinado veículo de comunicação possuem um mínimo de identificação com sua mensagem. De outra forma, pode-se pensar que a impossibilidade de uma crítica radical do leitor à RNE advém da relação especial que se forma entre o público leitor e a mídia impressa. Tarde (1992, p. 44) já afirmava no início do século XX sobre o poder dos jornalistas:

Estes, bem mais que os homens de Estado, mesmo superiores, fazem a opinião e conduzem o mundo. E, quando se impõem, que trono sólido é o deles! Compare-se ao desgaste tão rápido dos homens políticos, mesmo dos mais populares, o reinado prolongado e indestrutível dos jornalistas de grande talento, que lembra a longevidade de um Luís XIV ou o sucesso indefinido dos ilustres atores de comédias e tragédias. Não existe velhice para estes autocratas. Eis por que é tão difícil fazer uma boa lei sobre a imprensa. (...)

Seguindo este raciocínio, os 3,6% de cartas classificadas como “críticas” se constituem em interessante amostra da capacidade dos docentes de redefinir a ideologia que lhes está sendo veiculada.

Assim, a análise mais detida foi sobre 70 cartas classificadas como críticas. Deste total foi possível identificar três formas de questionamentos feitas pelos(as) leitores(as): Primeiro: cartas que contestam os autores e/ou conteúdos de matérias (31); Segundo: cartas que criticam o governo, a situação da educação brasileira e as políticas educacionais (27) e por fim, cartas que criticam diretamente a RNE e sua política editorial (12).

Quanto ao primeiro tipo de crítica, àquela direcionada aos artigos e/ou autores é uma prática comum e resulta em um feedback convencional na vida de toda publicação. Já os questionamentos às políticas públicas de educação e ao sistema educacional significam uma postura dos leitores mais incomum. Uma análise deste tipo de crítica permite dividí-las em dois tipos: cartas que censuram determinados aspectos da realidade educacional, como os baixos salários dos docentes, a manipulação política das esferas educacionais, num foco mais localizado e cartas que desaprovam a política educacional como um todo, emitindo opinião desfavorável sobre a educação pública do país.

Em Abril de 2001 a RNE, através da seção “Fique Sabendo”, sob o título *Pesquisa revela paixão por ensinar* noticiou o seguinte:

“Se tivesse a chance de escolher minha profissão novamente, faria tudo outra vez”, declararam 80% das professoras norte-americanas entrevistadas pelo instituto Public Agenda. A maior parte também revelou dar mais importância a trabalhar com estudantes bem comportados, colegas motivados e apoio da direção do que ao salário. E você? Revista Nova Escola (Abril, 2001, p. 58).

Uma professora de Iturama, MG, reagindo a este texto enviou a seguinte carta redação da RNE:

A enquete “Pesquisa revela paixão por ensinar”(edição 141, abril de 2001) diz que a maioria dos professores americanos esta satisfeita com sua profissão. E os brasileiros? Será que estão satisfeitos? Eu, por exemplo, gosto muito de dar aula, mas com apenas três anos de profissão já estou desgostosa. Por quê? Não somos respeitados pelos alunos e não há leis que nos proteja. Só temos deveres; só os alunos tem direitos. Somos pressionados pelos PCNs, pelos superiores, pelos alunos e pelos pais. Querem que nós estejamos atualizados, mas nossos salários não nos permite comprar revistas e livros para pesquisa, ter um bom computador, internet, fazer pós-graduação ou mesmo um curso básico de computação ou inglês. As escolas não fornecem materiais suficientes. As salas de aulas são feias, calorentas, com carteiras velhas e quadros negros rachados. As bibliotecas são pobres que, de vez em quando, é necessário fazer uma campanha para que os próprios estudantes doem seus livros para a escola. Se os professores estão tão satisfeitos com a profissão, por que temos tantos colegas estressados, que tomam remédios para dor de cabeça e antidepressivos para agüentar a jornada? Revista Nova Escola (Maio, 2001, p. 9)

O emblemático nesta carta é a reação, provavelmente inconsciente, ao imperativo performático da pedagogia da qualidade esposado pela RNE.

No entanto, a percepção mais importante foi a classificação de 12 cartas como críticas do tipo que questionam diretamente a política editorial da RNE e a sua proposta educacional, o que representa apenas 0,6% do total de cartas investigadas. Algumas cartas revelaram uma percepção apurada da natureza do discurso do periódico. Em Outubro de 1995, uma professora de Juiz de Fora constatou: “Falarmos dos fatores intraescolares que afetam as crianças de classe trabalhadora requer uma análise profunda da estrutura social brasileira. Fato que não ocorre com os artigos publicados por N.E.” Revista Nova Escola (Outubro, 1995, p. 4).

As representações docentes reveladoras também podem ser percebidas através da carta de um professor de Araraquara, SP, em Novembro de 2001:

Ao ler a edição de setembro me senti com ânimo, coisa que não me dou ao luxo de fazer quanto às revistas, para emitir uma posição crítica quanto à linha editorial de N.E. e, em parte, também aos leitores da mesma. Sou assinante há quatro anos e tenho observado que esta revista se faz sob certos pretextos de ares científicos e as pessoas acabam comprando um produto que na verdade tem um caráter de divulgação – não uma revista com crivo científico. Desde que as pessoas saibam a diferença, não vejo problema. Afinal, boa

parte é mesmo “business”, basta observar a enxurrada de propaganda no corpo da revista. Onde está a posição da revista diante da política neoliberal para a educação? Minha segunda crítica vai para os leitores, que tratam a revista como um arauto de informações. A seção de cartas é uma verdadeira propaganda. Reitero: descrever o que acontece não é fazer Ciência. E os leitores precisam, urgentemente, entender isso. Revista Nova Escola (Novembro, 2001, pp. 8, 9)

A avaliação qualitativa das cartas enviadas à redação da RNE determinou um aproveitamento dos números obtidos, procurando tanto o significado das majorias quanto das minorias. No primeiro caso, ficou demonstrado que os(as) professores(as) possuem uma excelente representação a respeito do periódico. No segundo caso, levando em consideração o valor da capacidade de redefinir o discurso de um importante meio de comunicação, foi possível identificar os questionamentos mais perspicazes dos professores em relação à RNE, ou seja, a superficialidade no tratamento da realidade social brasileira, o caráter predominantemente de divulgação de seus conteúdos e o engajamento acrítico nas chamadas políticas educacionais neoliberais. Além disto, se compararmos este diagnóstico à significativa missiva elogiosa enviada pelo presidente da Associação dos Psicólogos de Portugal em 1989 fica comprovado a mudança de postura editorial da RNE no período da Reforma Educacional, a partir de quando não é mais possível identificar alguns aspectos percebidos pelo psicólogo luso, ou seja, a “consolidação associativa” dos professores, a “denúncia de situações” e “direitos dos professores”.

CONCLUSÃO

Os estudos que utilizam como fonte documental a imprensa se obrigam ao compromisso de apreciar a atuação político-ideológica do veículo analisado. De um modo geral, pode-se dizer que a atuação da RNE se prende à lógica do “reencantar a educação”, a revista evita deliberadamente abordar temas que mostram os aspectos negativos do cenário educacional brasileiro justamente para que os professores não percam a fé em sua profissão.

Por outro lado, a análise dos dados coletados à luz do contexto histórico de implementação da Reforma Educacional no Brasil, especialmente quando comparados ao período que antecedeu ao governo FHC, demonstra o grau de engajamento da publicação na promoção das mudanças educacionais em curso. Na realidade, foi possível perceber que o imperativo da mudança comandou todos os aspectos da atuação da RNE.

No que diz respeito ao discurso da revista, analisado a partir das práticas profissionais divulgadas, do tratamento dado às questões do cotidiano educacional, de como foram abordados os problemas educacionais, das personalidades cujas idéias foram divulgadas, de como as mídias foram retratadas e da cobertura dada aos acontecimentos contemporâneos revelou um pensar e agir da revista acrítico, postulando a performatividade docente, tribuna dos novos ideais educacionais.

Embora não tenha se descuidado de uma perspectiva crítica em relação às mídias também se ocupou em divulgar o potencial educacional das NTICs (Novas Tecnologias da Informação e Comunicação) e procurou sempre noticiar acontecimentos (as chamadas matérias quentes), sugerindo para os professores uma aplicação dos mesmos em sala de aula.

A revelação mais inconfundível da pedagogia empresarial assumida pela RNE se encontra na implementação do Prêmio Victor Civita. Através da manipulação do

poder em sua dimensão simbólica a RNE normatiza o que deve ser a prática pedagógica dos professores no ensino fundamental brasileiro.

Quanto à representação docente sobre o trabalho da RNE, analisada a partir das cartas enviadas à redação, foi possível constatar que alguns poucos profissionais são capazes de uma crítica mais radical à linha editorial da Revista, revelando uma acurada perspicácia na redefinição do discurso que é veiculado. No entanto, ficou comprovado que a maioria daqueles que se comunicam com a RNE possuem uma representação positiva de sua atuação no cenário educacional brasileiro.

Finalmente, registramos que ao escolher uma abordagem qualitativa a partir da história serial, outras opções válidas de análise do discurso da RNE foram deixadas para outros trabalhos, tais como a leitura das imagens e das propagandas veiculadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flávio Anício. A Formação do 'Cidadão Trabalhador': Educação e Cidadania no Contexto do 'Novo Industrialismo'. Em: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.) **Educação e Política no Limiar do Século XXI**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

ASSMANN, Hugo. **Metáforas Novas Para Reencantar a Educação: Epistemologia e Didática**. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **A História Cultural Francesa – Caminhos de Investigação**. Revista de História e Estudos Culturais. Out./ Nov./ Dez. de 2005. Vol. 2, Ano II, Nº 4. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br>. Acesso em: 15 de Mar. 2006.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Disponível em: <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=34> Acesso em: 07 Jun 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. **História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: Conceitos, categorias e Materiais Históricos**. Em: História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações / Décio Gatti Júnior, Geraldo Inácio Filho (orgs.) – Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. (Coleção Memória da Educação).

INEP. Ministério da Educação. Disponível em: Censo Escolar. Sinopse estatística da Educação Básica – 2004. - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, Setembro de 2005. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp> Acesso em: 07 Jun 2008.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo. Fundação Victor Civita, 1986-2002.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Fique Sabendo**. São Paulo. Fundação Victor Civita, 2001.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo. Fundação Victor Civita, Março de 2006.

ROCHA, Bárbara Trindade. **Cartas em Revista: estratégias editoriais de difusão e legitimação da Nova Escola**. Dissertação de Mestrado. UERJ, 2004.

SILVEIRA, Fernanda Romanezi da. **Um Estudo das Capas da Revista Nova Escola: 1986 – 2004**. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Dissertação de Mestrado.

TARDE, Gabriel. **A Opinião e as Massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VIÑAO, Antonio. **¿Fracasan Las Reformas Educativas? La Respuesta de un Historiador**. Em: Educação no Brasil: história e historiografia / Sociedade Brasileira de História da Educação. (Organizadora) – Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001. (Coleção memória da educação).

NOTAS

¹ De acordo com o Site Oficial da Fundação Victor Civita:
<http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=34>. Acesso Jun. 2008.

² Segundo informações divulgadas no Site da Fundação Victor Civita, para incentivar a publicidade na Revista, a tiragem gratuita é de 159.533 exemplares. Fonte:
<http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=34>.
Acesso Jun. 2008.

³ O Prêmio recebeu esta designação no período entre 1999 a 2005. A partir de 2006, passou a chamar-se “Prêmio Victor Civita, Educador Nota 10.”

⁴ Na realidade, diz respeito à utilização de modernos recursos na prática profissional.

⁵ O número de Professores do Ensino Fundamental no Brasil é de mais de um milhão e seiscentos mil, segundo o Ministério da Educação. Fonte: Censo Escolar. Sinopse estatística da Educação Básica – 2004. - Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, Setembro de 2005.
<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>

⁶ O levantamento de dados das cartas endereçadas à redação da RNE foi realizado durante o Semestre Letivo de 2007.1 na UFS (Universidade Federal de Sergipe) como parte de uma estratégia de ensino baseada no desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa pelos discentes, sob orientação docente, na Disciplina História da Educação Brasileira. Assim, é dever o registro da contribuição da aluna Ana Paula Santos que criteriosamente fez o levantamento das cartas aqui analisadas.

Artigo recebido em: 10/7/2008

Aprovado para publicação em: 4/9/2008